

POLÍTICA EDUCACIONAL

UMA ESTRATÉGIA PARA A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: RETIRAR A EDUCAÇÃO DA TUTELA DO ESTADO*

Dermeval Saviani

Pontifícia Universidade Católica - SP

1 - Introdução

No momento atual retornam as discussões em torno do ensino público e do papel do Estado na difusão da Educação.

O que existe de novo na recolocação do problema do ensino público no atual contexto? Em que as experiências anteriores podem servir de orientação (em relação aos acertos) e de alerta (em relação às falhas) para um adequado encaminhamento político da questão? Em que medida a atual movimentação não corre o risco de, ignorando a especificidade histórica, transpor mecanicamente as lutas do final da década de 50 para a situação atual?

As notas que seguem pretendem suscitar a discussão das indagações acima formuladas visando, sobretudo, o correto encaminhamento político das lutas relacionadas com a questão do ensino público nas condições brasileiras atuais.

2 - Antecedentes

Os antecedentes da questão do ensino público no Brasil em confronto com o ensino privado remontam ao período colonial. Assim, em meados do século XVIII, as "reformas pombalinas da instrução pública"¹ acabam por determinar, em 1759, a expulsão dos jesuítas que exerciam, na prática, o monopólio do ensino no país. A questão ressurge na segunda metade do século passado no período denominado por Roque Spencer Maciel de Barros de "ilustração brasileira"². O pro-

* Versão ampliada do texto apresentado em 2 de abril de 1980 no Painel "Repondo a questão do ensino público no Brasil" na I Conferência Brasileira de Educação, realizada em São Paulo.

1- Ver, a respeito, Laerte Ramos de Carvalho, As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.

2- Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade.

blema é retomado no início da década de 30, na forma de uma disputa entre os católicos, reunidos na Liga Eleitoral Católica (LEC) e os pioneiros da escola nova, reunidos na Associação Brasileira de Educação (ABE). Tal disputa girou em torno da elaboração da Constituição de 1934, quando ambos os grupos lutavam para que suas idéias em matéria de educação viessem a prevalecer no texto constitucional³. Foi, porém, na segunda metade da década de 50, no bojo do processo de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o conflito entre o ensino público e o ensino privado assumiu maiores proporções, atingindo amplos setores da sociedade⁴. Desencadeou-se, então, um movimento em defesa da escola pública, aglutinando diferentes segmentos da população com matizes ideológicos também diferenciáveis⁵.

O conflito acima referido constitui aquilo que poderíamos chamar de antecedentes próximos da questão que agora volta a ser agitada. É dele, pois, que cabe extrair as principais lições históricas com vistas à correta colocação do problema no momento presente. Consequentemente, é necessário caracterizar, ainda que sumariamente, o sentido básico do movimento em defesa da escola pública nesse período.

No final da década de 50, a campanha em defesa da escola pública assumiu um caráter de cruzada cívica e moral. Sua inspiração ideológica básica era de teor liberal. Isto implicou a colocação do problema em termos a-históricos e a-políticos. Vale dizer, imaginava-se um Estado neutro que pairava acima das diferenças de classe, configurando-se no guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto. Daí, a conclusão de que colocar a educação sob a tutela do Estado constituía a estratégia adequada para garantir o atendimento das necessidades educacionais do conjunto da sociedade brasileira.

Como explicar esta "ilusão liberal"?

De um lado, tal ilusão é até certo ponto compreensível uma vez

3- Ver, a respeito, Carlos Roberto Jamil Cury, Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais.

4- Para a localização das fontes e reconstituição do conflito, ver, Ester Buffa, Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada, que traz um levantamento bastante completo da documentação abrangendo todo o período de duração do conflito (1956-1961).

5- Os principais textos relativos à campanha em defesa da escola pública estão reunidos em Roque Spencer Maciel de Barros (org.), Diretrizes e Bases da Educação.

Para a discussão das principais tendências ideológicas, tanto no âmbito da defesa da escola pública como da escola privada, ver, Ester Buffa, op.cit.

que dominava então a ideologia política do nacional-desenvolvimentis-
mo como suporte de uma prática política populista. Tal populismo, ob-
jetivamente tornou possível às forças progressistas aproximarem-se do
poder, alimentando, inclusive, a esperança de exercerem o controle e
fetivo do aparelho governamental. Nessas circunstâncias, a identifi-
cação do aparelho governamental (Estado) com os interesses progres-
sistas e, mesmo, a crença na possibilidade de uma revolução social
via controle do aparelho político constituiu, para muitos, forte ten-
tação.

De outro lado, porém, a referida "ilusão liberal" constitui
também um indicador interessante para se aferir o nível de consciên-
cia possível da camada dos intelectuais brasileiros num momento his-
tórico determinado. Com efeito, já naquela época as aspirações popu-
lares por mais e melhor educação se faziam sentir de diferentes ma-
neiras como ilustram os seguintes exemplos: Campanha Nacional de Er-
radicação do Analfabetismo-CNEA, criada em janeiro de 1958; II Con-
gresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em julho de 1958;
Projeto-piloto Leopoldina, instalado em março de 1958; Movimento de
Educação de Base-MEB, criado em março de 1961⁶. Entretanto, os inte-
lectuais que se engajaram na campanha em defesa da escola pública se
deixaram levar pelo conflito com a escola particular, centralizando
os debates em torno da questão do controle das verbas públicas liga-
das de modo especial ao ensino médio, naquele momento amplamente do-
minado pela iniciativa privada. E a questão da educação popular (al-
fabetização, educação política das massas, absorção pelo ensino pri-
mário de toda a população em idade escolar, correção dos altos índi-
ces de evasão e repetência especialmente na passagem do primeiro pa-
ra o segundo ano primário, etc.) sequer chegou a figurar nos debates.
Impressionou-nos constatar, ao fazermos um levantamento sobre o as-
sunto abrangendo o período de 1946 a 1963, a ausência no interior do
movimento em defesa da escola pública de uma preocupação com o pro-
blema da educação popular⁷.

Hoje, volta à tona o problema da defesa da escola pública.
Qual o seu alvo concreto? Qual a bandeira imediata empunhada pelo mo-
vimento que começa a tomar corpo? Obviamente, trata-se da defesa da
permanência e expansão dos compromissos governamentais com o ensino

6- Cf. Vanilda Pereira Paiva, Educação Popular e Educação de Adultos,
pp. 203-258.

7- Cf. Dermeval Saviani, Educação Brasileira: Estrutura e Sistema, es-
pecialmente o Capítulo II e o Apêndice que traz um levantamento
completo da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional.

superior⁸.

Este alvo imediato implica o risco de introduzir equívocos na colocação da questão do ensino público no Brasil, hoje, equívocos esses que poderiam ser considerados decorrentes de uma transposição mecânica da problemática vivida no final da década de 50.

Entendemos que a questão deve ser posta, agora, em termos qualitativamente diferentes. Mencionemos, pois, ainda que de passagem, os principais equívocos.

3 - Os equívocos

a) Encarar os ensinos privado e público como duas modalidades separadas que se contrapõem em bloco. Em verdade, se isso podia ter alguma correspondência com o real na década de 50, hoje a situação é nitidamente diversa: o ensino de 1º e 2º graus público se articula com o ensino privado em nível superior e, em contrapartida, o ensino de 1º e 2º graus privado se articula com o ensino público em nível superior. Com efeito, os membros das elites são preparados, via de regra, em algumas poucas e caras escolas particulares para, com ou sem o auxílio dos cursinhos, conquistarem as poucas e disputadas vagas das universidades oficiais. Aqueles, porém, que não integram as elites econômica e/ou cultural frequentam os cursos de 1º e 2º graus públicos. Se teimarem em seguir estudos em nível superior terão, ressaltadas as exceções, que fazê-lo em escolas particulares que operam em condições mais precárias oferecendo, em consequência, um ensino de qualidade inferior. Vê-se, pois, que num tipo de sociedade como a nossa, o padrão de qualidade é definido pela elite, portanto, pela minoria. Assim, o padrão de qualidade de algumas poucas escolas particulares de 1º e 2º graus corresponde aos "níveis de excelência" das universidades públicas, do mesmo modo que a massificação do ensino público de 1º e 2º graus corresponde a massificação das escolas particulares de 3º grau.

8- Não ignoramos as referências mais amplas englobando os demais graus de ensino contidas, por exemplo, no documento (carta de princípios) elaborado pelo "Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito". Não negamos também que se tenha ambições que ultrapassam a esfera do ensino superior. Trata-se, porém, de um alvo imediato. O móvel imediato é, sem dúvida, a ameaça de extinção da gratuidade do ensino superior público, o projeto de transformação das universidades públicas em autarquias especiais, a diminuição das verbas destinadas às escolas superiores oficiais, a proliferação de escolas particulares de nível superior, além de outros problemas com que se debate o ensino superior no Brasil de hoje.

b) Colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, do mesmo modo que na década de 50 a tônica foi posta no ensino médio. Tal postura implica o risco de que determinados grupos se apropriem de determinada parcela do aparelho de Estado (a escola superior pública), convertendo-a em instrumento de defesa de seus interesses particulares, vale dizer, instrumento de manutenção e ampliação de privilégios. Não nos esqueçamos que na sociedade capitalista, fundada na propriedade privada dos meios de produção, o público é sempre, ainda que de modo contraditório, privado. Trata-se, com efeito, de apresentar os interesses privados (da classe dominante) como expressão "genuína" do interesse público (do conjunto da sociedade). Em outras palavras, trata-se de organizar o poder privado (de uma classe) na forma de poder público (o Estado). Nesse quadro, a defesa da escola pública pode se converter no seu contrário, isto é, proclamando, ainda que de boa fé, a defesa dos interesses da maioria, pode-se estar, de fato, reforçando os mecanismos de discriminação da maioria da população. A eventual prioridade conferida ao ensino superior na defesa da escola pública tenderá a produzir esse efeito pelo simples fato de que, nesse caso, é inevitável que venham a prevalecer os interesses daqueles que estão na universidade, já estão destinados a ela ou estão suficientemente próximos dela para incluí-la como aspiração social a curto prazo. A grande maioria da população está longe da universidade e acabará por ficar ainda mais distante de lá se prevalecer a orientação acima apontada. Já tivemos a oportunidade de alertar e denunciar esse tipo de problema em outro trabalho, quando destacávamos a importância social da educação e da escola⁹.

c) Defender a sujeição da educação à tutela do Estado. Esse equívoco, em verdade, está na base também dos dois anteriores, já que pressupõe um Estado neutro, pairando acima das classes. Ora, como já dissemos, se essa "ilusão liberal" era até certo ponto compreensível no final da década de 50, hoje ela é imperdoável. Com efeito, o Estado que está aí já mostrou claramente a que veio. É e age implacavelmente como um Estado de classe¹⁰. Em matéria de ensino é esse mesmo Estado que expandiu a rede de ensino de 1º e 2º graus ao preço de aligeirar a educação destinada às camadas populares, abrindo espaço

9 - Cf. Dermeval Saviani, Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica, especialmente pp. 13-15.

10- O fenômeno das greves, nos dias que correm, ilustra eloquentemente esse caráter de classe. Em todos os casos o Estado tem assumido, sistemática e abertamente os interesses patronais, lançando mão de todos os meios, legítimos ou não, persuasivos, dissuasivos e repressivos para fazer valer tais interesses.

para que a qualidade da educação reclamada pelas elites se concentrasse em algumas poucas escolas particulares; é, ainda, esse mesmo Estado que, a despeito de manter uma rede de escolas superiores de qualidade apenas satisfatória, ensejou fosse atirada sobre a iniciativa privada a culpa pelos descabimentos da educação nacional ao incentivá-la a investir no ensino superior. Com efeito, se a rede de ensino superior hoje é predominantemente privada (cerca de 70%), contrariamente ao que ocorria no final da década de 50 (recordem-se as sucessivas federalizações de escolas superiores particulares ocorridas nesse período), tal fato se deve à política traçada pelo Estado e implementada pelo Conselho Federal de Educação que patrocinou, através de sucessivas autorizações e reconhecimentos, o processo de privatização do ensino superior. Ora, é fácil de se perceber que a esse mesmo Estado será muito simples e mesmo interessante expandir, aligeirando, a rede de ensino superior público e, ao mesmo tempo, subvencionar algumas escolas particulares de qualidade satisfatória (ex.: PUC - Rio, PUC - São Paulo, FGV - Rio, FGV - SP), reproduzindo, assim, em nível superior, aquilo que já ocorre em nível de 1º e 2º graus¹¹. Em verdade, tal tendência já se esboça, uma vez que começam a ser veiculadas idéias relativas a dois tipos distintos de universidades: a "universidade de produção" e a "universidade do consumo". A primeira seria constituída pelos "centros de excelência", aos quais seria reservado o privilégio de desenvolver pesquisas e ministrar cursos de pós-graduação "stricto sensu" (mestrado e doutorado). A segunda configuraria a grande maioria das escolas que se dedicariam exclusivamente ao ensino, como regra, em nível de graduação e, excepcionalmente, ministrariam cursos de pós-graduação "lato sensu" (aperfeiçoamento e extensão). Convenhamos que uma campanha em defesa da escola pública marcada pelos equívocos acima indicados teria por efeito reforçar a tendência referida.

4 - O dilema

Parece, pois, que a campanha em defesa da escola pública de-

11- Observe-se que, na prática, a Fundação Getúlio Vargas e, em menor escala, a PUC do Rio já gozam do estatuto de "entidade privada de direito público", uma vez que operam com maciças inversões de recursos públicos e em íntima sintonia com as diretrizes oficiais. Note-se ainda, que os exemplos citados tinham apenas a função de ilustrar o raciocínio. No Brasil, caso esse fenômeno viesse a ocorrer, o mais provável é que, ao lado de instituições como a FGV, seriam injetados, em determinadas universidades oficiais, recursos empresariais provenientes, p. ex., de Fundações tipo Ford, Rockefeller, Roberto Marinho, acrescida a possível cobrança de taxas dos alunos.

semboca num dilema do tipo "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Com efeito, a combinação de ensino de 1º e 2º graus privado com ensino superior público indica que os beneficiários do ensino superior público pertencem, predominantemente, às camadas econômica e culturalmente privilegiadas da sociedade brasileira. Encarar essa realidade será reforçar os argumentos do governo e de seus cúmplices a favor do ensino superior pago. Por outro lado, defender a manutenção e expansão do ensino superior gratuito poderá implicar o fornecimento de argumentos a favor da idéia da "universidade do consumo". Como escapar ao dilema?

5 - Solução do dilema

Entendemos que na raiz do dilema está a tutela exercida pelo Estado em relação à educação, uma vez que, seja o ensino pago ou gratuito, nos termos em que a questão vem sendo posta, hoje, no Brasil, trata-se sempre de um ensino tutelado¹². O caminho para a superação do dilema consiste, pois, na rejeição da tutela do Estado em matéria de educação. Aliás, trata-se de uma posição assumida claramente por Marx em 1875 na Crítica ao Programa de Gotha e é notável que isso tenha passado despercebido aos nossos assim chamados "intelectuais radicais". No texto citado, diz Marx com todas as letras:

"Isso de 'educação popular a cargo do Estado' é completamente inadmissível. (...) Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja. Sobre-tudo no Império Prussiano - Alemão (e não vale fugir com o baixo subterfúgio de que se fala de um 'Estado Futuro'; já vimos o que é este), onde, pelo contrário, é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa.

Em que pese a toda sua fanfarronice democrática, o programa está todo ele infestado até a medula da fê servil da seita lassalía-

12- Na França, no final da década de 50, portanto, na mesma época que no Brasil, ocorreu um conflito semelhante àquele deflagrado em nós so país, culminando com a aprovação de uma lei amplamente favorável às escolas particulares, em 31/12/59. Segundo Ester Buffa, "os defensores do ensino privado chegaram a propor a formação de sociedades de economia mixta", sob o argumento de que "o ensino livre é um serviço privado de interesse geral". Reivindicavam, portanto, também para si, a tutela do Estado, tendo conseguido o seu intento. Ver, Ester Buffa, Enseignement Privé et Enseignement Public: Étude Comparatif des Discussions qui Ont Précédé le Vote de La Loi du 31 Décembre 1959 en France et de La Loi 4.024 de 20 Décembre 1961 au Brésil. Hoje, no Brasil, as universidades católicas parecem seguir a mesma trilha, argumentando em torno do interesse público dos serviços por elas prestados.

na no Estado; ou - o que não é muito melhor - da superstição democrática; ou é, mais propriamente, um compromisso entre estas duas superstições, nenhuma das quais nada tem a ver com o socialismo"¹³.

O último parágrafo nos permite entender o liberalismo como "um compromisso entre estas duas superstições". Superar a "ilusão liberal" implica, então, libertar-se dessas superstições.

Trata-se, pois, de retirar a educação da tutela do Estado¹⁴. Isto significa que cabe à sociedade civil exercer o controle da educação em geral e, principalmente, daquela educação ministrada pelo Estado. Aqui, porém, é preciso estar alerta, pois corre-se o risco de cair novamente em ambiguidades. Com efeito, a expressão "sociedade civil" pode indicar simplesmente os organismos privados que cimentam a dominação, isto é, que legitimam pela hegemonia e pelo consenso, a coerção e a repressão.

Retirar a educação da tutela do Estado implica, pois, um duplo e concomitante movimento. De um lado, é mister que os organismos representativos das camadas populares exerçam severa vigilância e um rígido controle sobre o destino das verbas públicas e sobre o ensino ministrado pelo Estado; de outro lado, cumpre às organizações das camadas populares desenvolverem projetos educativos inteiramente autônomos em face do Estado. Trata-se, pois, de valorizar a educação, de conceder-lhe um lugar de importância no interior dos sindicatos, partidos políticos, associações de classe, etc.; isto de modo sistemático, de modo elaborado, teoricamente fundamentado; organicamente estruturado e não apenas de modo difuso, relegado ao nível do senso comum, eufemisticamente chamado de bom senso.

6 - A estratégia

A estratégia que preconizamos implica, portanto, a inversão

-
- 13- Karl Marx, "Crítica ao Programa de Gotha", in Karl Marx e Friedrich Engels, Textos 1, pág. 241.
- 14- No texto de Marx a palavra Estado é empregada no sentido restrito de aparelho governamental. É com este mesmo sentido que o termo é empregado ao longo deste artigo. Tal sentido corresponde, em Gramsci, ao conceito de "sociedade política". Como se sabe, Gramsci alargou o conceito de "Estado", entendendo-o como englobando a sociedade política e a sociedade civil (Cf. A. Gramsci, Quaderni del Carcere, Vol. II, pp. 763-4). Não se pense, porém, que Gramsci reformula a tese de Marx na "Crítica ao Programa de Gotha". Muito ao contrário: para se apoderar do Estado enquanto aparelho governamental (sociedade política) é necessário obter hegemonia no âmbito da sociedade civil. E esta tarefa não pode ser encetada a partir do Estado (Governo) mas dos partidos e organizações representativas dos interesses das camadas populares.

da sistemática passível de incorrer nos desvios anteriormente apontados. Assim, de modo simétrico à exposição dos equívocos, apresentemos os pontos constitutivos da estratégia por nós defendida.

a) Em vez de centrar a defesa da escola pública na oposição entre o ensino público e privado, cabe centrá-la na oposição entre ensino de elite e educação popular, lutando decididamente pela ampliação das oportunidades educacionais a toda a população e pelo aprimoramento da educação destinada às camadas populares. Com isso se opõe a um ensino quantitativamente elitista (restrito a poucos) e qualitativamente também elitista (marcado por conteúdos desvinculados dos interesses populares) um ensino quantitativa e qualitativamente popular¹⁵. Em verdade, bater na tecla da oposição entre ensino público e privado seria insistir em argumentos liberais já vazios de conteúdo histórico-político como, aliás, ocorreu na França no final da década de 50. De acordo com a observação de E. Buffa, "os grupos defensores da escola privada na França foram muito mais lúcidos na percepção da realidade que os defensores do ensino público". Estes, afeitos às idéias liberalistas da Terceira República (1870-1940) mantiveram como palavra de ordem "a laicidade do Estado e da Escola", não podendo "evitar uma certa esclerose de argumentação, o que pode explicar em parte a perda de influência principalmente sobre o Governo". Na verdade - continua E. Buffa - "o Comitê¹⁶ não 'percebeu' que em 1959 o contexto econômico e social não era mais o mesmo e que o problema do estatuto da escola não se colocava mais da mesma maneira"¹⁷.

Ora, também no Brasil a situação de 1980 já não é mais a mesma do final da década de 50. Tanto assim que os responsáveis pelas

-
- 15- *Contra a postura elitista que costuma esconder-se atrás da "defesa da qualidade", vale lembrar as palavras de Gramsci: "sustentar a 'qualidade' contra a quantidade significa, precisamente, apenas isto: manter intactas determinadas condições de vida social, nas quais alguns são pura quantidade, outros pura qualidade. E como é agradável manter representantes laureados da qualidade, da beleza, do pensamento, etc.!" Não existe senhora do 'grande mundo' que não acredite cumprir esta função de conservar sobre a terra a qualidade e a beleza". (Antônio Gramsci, Concepção Dialética da História, pp. 50-51).*
- 16- *Trata-se do "Comitê Nacional de Ação Leiga" (CNAL), composto por diversos sindicatos e associações, organismo esse que coordenou o movimento em defesa do ensino público.*
- 17- *Cf. Ester Buffa, Enseignement Privé et Enseignement Public, cit. (Um resumo deste trabalho foi apresentado pela autora no Panel "Repondo a questão do ensino público no Brasil" por nós organizado na I Conferência Brasileira de Educação. As citações acima foram extraídas desse resumo).*

escolas organizadas em moldes empresariais não parecem incomodadas com a tutela jurídico-normativa exercida pelo Estado e parecem estar satisfeitos com os resultados de seus empreendimentos, uma vez que preferem manter autonomia financeira em face do Estado. As universidades católicas, de seu lado, já não estão preocupadas em combater algum suposto monopólio estatal do ensino mas, ao contrário, considerando-se prestadoras de um serviço de interesse público, reivindicam a associação com o Estado.

b) Em lugar de colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, cumpre lutar pela popularização do saber e combater energicamente todo e qualquer tipo de privilégio. "Somente assim - afirma Gramsci - o ensino será mais eficiente e determinará realmente o nascimento de uma nova cultura entre as grandes massas populares, isto é, desaparecerá a separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore"¹⁸.

c) Por fim, o ponto fundamental: longe de defender a sujeição da educação à tutela do Estado, trata-se, ao contrário, de libertá-la da referida tutela.

Tal posição não deve, entretanto, ser confundida com a liberação do Estado dos encargos educacionais, sobre-onerando a população. Na verdade, é nisto que está interessado o Estado brasileiro atual. Sua estratégia consiste em não abrir mão do controle do processo educacional transferindo, porém, para a população (via APM e outros mecanismos) os encargos relativos ao custo desse processo. Trata-se, pois, de inverter esta tendência, exigindo que o Estado assumisse plenamente os encargos que garantam as melhores condições possíveis de funcionamento da rede de escolas públicas. E isto só será viável na medida em que as organizações populares exerçam severo controle sobre a educação em geral e, principalmente, sobre a educação ministrada nas escolas mantidas pelo Estado. Essa maneira de encarar o problema - é bom lembrar - está em perfeita consonância com o posicionamento de Marx na já citada "Crítica ao Programa de Gotha": "Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino, etc., e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo!"¹⁹.

18- Antônio Gramsci, *Literatura e Vida Nacional*, pp. 186-7.

19- Karl Marx, "Crítica ao Programa de Gotha", in *op.cit.*, p. 241.

7 - As táticas

Vê-se que as colocações anteriores dependem de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Não cabe, entretanto, entender esse pressuposto em termos lógico-formais, julgando, em consequência, que só quando esta organização estiver consolidada é que será possível desencadear a estratégia proposta. Não se trata disso. Cumpre sensibilizar todos os setores cujos interesses possam de alguma maneira se identificar com a problemática levantada. Consequentemente, se o encaminhamento político correto da luta em defesa da escola pública supõe a organização das camadas populares, por outro lado, a referida luta, guiando-se pela estratégia proposta, contribuirá, sem dúvida, para a organização e fortalecimento das camadas populares. A estruturação das táticas implicará certamente aquilo que o documento lançado pelo "Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito" denomina "a articulação dos núcleos de base", isto é, o envolvimento de associações estudantis, sociedades amigos de bairros, associações de pais e mestres, associação de docentes, comunidades de base, sindicatos, partidos políticos, etc.. Como se vê, as tarefas do Comitê são imensas, cabendo-lhe o detalhamento, desencadeamento e implementação das táticas de luta.

8 - Conclusão

Eis como, parece-nos, será possível colocar de modo correto a questão do ensino público no Brasil, hoje. O público perde, assim, a característica estatal, a contaminação da "fé servil no Estado" para recuperar sua raiz etimológica, isto é, popular. Eis como a defesa da escola pública coincidirá com a retirada da educação da tutela do Estado; deste Estado que está aí e que já nos mostrou à sociedade a que veio.

Para terminar, não resistimos à tentação de parafrasear Marx: e não vale fugir com o baixo subterfúgio de que o Estado brasileiro tecnoburocrático militar está acuado; que estamos em época de abertura política; de redemocratização. Com efeito, ainda que essa "abertura" tenha sido arrancada a contragosto do Estado, seria uma ingenuidade não perceber que, do ponto de vista do Estado (aparelho governamental), a "abertura" representa uma estratégia de recomposição da hegemonia orquestrada sob a batuta internacional das diretrizes emanadas da comissão trilateral.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Barros, R.S.M. - A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade. São Paulo, Boletim nº 241, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP, 1959.
- Barros, R.S.M., org. - Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo, Pioneira, 1960.
- Buffa, E. - Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- Buffa, E. - Enseignement Privé et Enseignement Public: Etude Comparatif des Discussions qui Ont Précédé le Vote de la Loi du 31 Décembre 1959 en France et de la Loi 4.024 de 20 Décembre 1960 au Brésil. Tese para o doutorado de 3º ciclo, apresentada na Universidade de Paris V. Paris, 1979.
- Carvalho, L.R. - As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo, Saraiva/EDUSP, 1978.
- Cury, C.R.J. - Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- Gramsci, A. - Quaderni del Carcere. Torino, Einaudi, 1975.
- Gramsci, A. - Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. de., 1978.
- Gramsci, A. - Literatura e Vida Nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed., 1978.
- Marx, K. - "Crítica ao Programa de Gotha", in Marx, K. e Engels, F. - Textos I. São Paulo, Edições Sociais, 1977.
- Paiva, V.P. - Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Loyola, 1973.
- Saviani, D. - Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. São Paulo, Saraiva, 3a. ed., 1978.
- Saviani, D. - Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo, Cortez Ed./Autores Associados, 1980.